



1.6.2017

# COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

(0004/2017)

Assunto: **Relatório sobre a missão da Comissão IMCO em Taline, Estónia, nos dias 19 a 21 de abril de 2017**

## Introdução

Nos dias 19 a 21 de abril, uma delegação da Comissão IMCO realizou uma missão em Taline, Estónia. Organizada no contexto do intenso trabalho desenvolvido pela Comissão IMCO no que diz respeito às estratégias para o Mercado Único Digital e para o mercado único, a missão tinha por objetivo debater com as autoridades e as partes interessadas estónias as soluções para os principais obstáculos ao desenvolvimento dos ditos mercados. No programa participaram empresas em fase de arranque, PME, jovens empresários e líderes tecnológicos, a comunidade empresarial, organizações de defesa do consumidor, deputados do Parlamento Estónio e representantes do Ministério da Economia.

Entre os temas debatidos figuram a digitalização como fator de crescimento, vários exemplos de criação das condições necessárias à circulação de dados, a facilitação de um ambiente propício ao arranque de novas empresas, o programa e-Estonia, experiências positivas, desafios e riscos em matéria de proteção de dados no e-Estonia, a digitalização como contributo para o crescimento e a inovação, o papel da Universidade de Tecnologia de Taline, da Tehnopol e da empresa Cybernetica na inovação, na digitalização e nas soluções eletrónicas desenvolvidas e em desenvolvimento com vista a melhorar o ambiente económico. A defesa do consumidor numa Estónia digital e as prioridades da próxima Presidência estónia foram igualmente abordadas.

Liderada pela deputada Inese Vaidere (PPE, LV), a delegação era constituída pelos deputados Marc Tarabella (S&D, BE), Maria Grapini (S&D, RO), Anneleen Van Bossuyt (ECR, BE) e

Morten Lokkegaard (ALDE, DA).

## Relatório de síntese

### Quarta-feira, 19 de abril de 2017

(1) A visita da delegação teve início na quarta-feira, 19 de abril, à tarde, com uma sessão de informação introdutória no **Gabinete de informação do PE** em Taline. Os participantes receberam informações sobre a situação política, económica e laboral na Estónia. No que refere à situação política, foram informados de que a coligação governamental é composta pelos seguintes partidos: Partido do Centro da Estónia (ALDE), Partido Social-Democrata (S&D) e União Pro Patria e Res Publica (PPE). O primeiro-ministro é Jüri Ratas (Partido do Centro da Estónia), em funções desde 23 de novembro de 2016. A oposição é constituída pelos seguintes partidos: Partido Reformista da Estónia (ALDE), Partido Popular Conservador da Estónia e Partido Livre da Estónia. A presidente da Estónia é Kersti Kaljulaid, em funções desde 10 de outubro de 2016. Os resultados da última sondagem nacional às intenções de voto, publicados em 18 de abril, mostram o Partido do Centro da Estónia (ALDE) no primeiro lugar, com 30 %, seguido pelo Partido Reformista da Estónia (ALDE), com 20 %. As eleições autárquicas terão lugar em 15 de outubro de 2017. O acordo da coligação governamental para o período de 2016-2019 estabelece os seguintes objetivos: (1) alterar o atual sistema fiscal, por exemplo através do aumento do limiar mínimo de isenção fiscal para as pessoas singulares (um pacote legislativo que é encarado como a introdução de uma fiscalidade progressiva), a redução do imposto sobre os rendimentos das sociedades, a introdução de uma taxa bancária, a aplicação de impostos especiais de consumo sobre o álcool e o tabaco, e a introdução de um imposto sobre as bebidas açucaradas; e (2) manter o equilíbrio global do orçamento de Estado ao utilizar um excedente estrutural anterior, não devendo o défice orçamental ser superior a 0,5 % do PIB por ano. Em termos gerais, o governo considera que o novo pacote fiscal é «favorável aos empresários».

No que diz respeito à economia, foi indicado que o PIB *per capita* da Estónia é de 15 884 EUR. Em 2016, o PIB aumentou 1,6 % relativamente a 2015 e prevê-se para os próximos anos um crescimento anual de 2,0 % a 3,3 %. A Estónia possui algumas das notações de risco de crédito internacionais mais elevadas da região. Tem um orçamento equilibrado, sem défice (inferior a 0,5 %), e a dívida pública global corresponde a 10 % do PIB.

Quanto à situação laboral na Estónia, foi referido que, em 2016, a taxa de desemprego era de 6,8 %, a taxa de emprego de 65,6 % e a taxa de participação da população ativa no mercado de trabalho de 70,4 %. As principais ameaças residem na diminuição da população em idade ativa; na disparidade salarial entre homens e mulheres, que é uma das maiores da Europa (27 %); na falta de mão de obra especializada em quantidade suficiente (setor das TIC), agravada pela emigração/«fuga de cérebros».

Um dos objetivos estabelecidos pelo governo é a digitalização da sociedade, alicerçada nas tecnologias da informação e da comunicação (TIC). O Mercado Único Digital é uma das prioridades da próxima Presidência estónia. Segundo a análise efetuada pela Fundação para o Desenvolvimento, o crescimento económico atribuível ao setor das TIC na Estónia pode

chegar a 0,9 %-1,3 %. A atividade económica no setor das TIC foi responsável por 6,3 % do PIB em 2016. Se o objetivo estabelecido para 2020 for cumprido, o número de pessoas empregadas no setor das TIC estónio será 50 % superior ao atual. Além disso, os serviços públicos digitais da Estónia abrangem domínios como a saúde, os serviços financeiros, a educação, a segurança pública, a apresentação das declarações de rendimentos, o voto eletrónico, etc. O próximo desafio crucial para a Estónia será a digitalização das empresas privadas, que suscitará questões sobre a forma de aproximar universidades e empresas, apoiar e ajudar a comunidade local de empresas em fase de arranque, e atrair investidores para a região.

(2) Na reunião com a **Fundação Estónia para o Desenvolvimento da Banda Larga (ELA)**, o seu diretor executivo, Priit Soom, falou sobre a digitalização como fator de crescimento e referiu exemplos de criação das condições necessárias à circulação de dados. Referiu que a ELA foi fundada em 2009 por iniciativa do Ministério dos Assuntos Económicos e das Comunicações e pelos membros da Associação Estónia das Tecnologias da Informação e das Telecomunicações. O principal objetivo da Fundação é promover a conectividade rápida em todo o território da Estónia. Tem, como tal, a missão de levar a cabo o projeto da EstWin, a rede de banda larga da próxima geração, e de proporcionar a todos os agregados familiares, empresas e autoridades a possibilidade de se ligarem a essa rede, dotada de uma velocidade de transmissão que poderá chegar a 100 Mbps, em 2018. No âmbito do projeto EstWin, proceder-se-á à instalação de mais de 6 000 km de cabos de fibra ótica e à construção de mais de 1 400 pontos de ligação. A construção da rede de base deve permitir que 98 % das residências, empresas e autoridades fiquem localizadas a menos de 1,5 km da mesma. Além disso, a Estónia está a trabalhar num plano de desenvolvimento da banda larga para abranger 70 % da população em condições de mercado, sendo a restante população coberta (caso o mercado falhe) mediante um apoio estatal à construção de redes de banda larga em fibra ótica nas zonas rurais, a que as empresas podem recorrer.

Atualmente, a principal atividade da EstWin consiste em implantar e gerir uma rede eletrónica nas zonas rurais, naquele que é considerado o maior projeto de PPP da Estónia. A Fundação é uma associação sem fins lucrativos, sendo 85 % dos custos de financiamento cobertos por fundos da UE e os restantes custos de construção da rede autofinanciados pela ELA (com a cobertura de empréstimos de bancos privados). As instalações dos operadores, os mastros de telefonia móvel e os edifícios públicos existentes já estão ligados à EstWin, que é a rede de base (intermédia). A rede EastWin também está acessível a todos os operadores e autoridades públicas. Atualmente é utilizada pelos principais operadores de telecomunicações e pelas autoridades estatais, sendo a sua segurança objeto de vigilância permanente e todas as falhas reparadas num período de 6 horas. No caso dos operadores de grande dimensão, faz sentido investirem para eventualmente obterem direitos exclusivos para a sua exploração. Na Estónia, a Fundação contrai empréstimos e reembolsa os operadores. O lacete local continua a ser o problema mais difícil de solucionar, uma vez que o governo não quis intervir a esse nível.

(3) A reunião seguinte, na **Startup Estonia (SE)**, teve lugar no edifício denominado Lift 99, onde a diretora da SE, Mari Vavulski, falou sobre a facilitação de um ambiente propício ao arranque de novas empresas e sobre a situação dessas empresas na Estónia. Explicou que o edifício Lift 99 é o viveiro de empresas em fase de arranque do setor das TIC da Estónia, com

99 lugares. Trata-se de uma iniciativa apoiada pelo governo com o único objetivo de promover o arranque de mais empresas no país. Neste momento, está a reorganizar-se como um fundo de fundos. A Startup Estonia tem quatro grandes objetivos até 2020: (1) dotar a Estónia de um ecossistema favorável e colaborativo para as empresas em fase de arranque; (2) chegar às 1 000 empresas em fase de arranque no país; (3) criar um ambiente legislativo claro e que proporcione incentivos às empresas em fase de arranque e aos investidores; (4) assegurar que as empresas em fase de arranque têm acesso a financiamento.

Questionada por um deputado sobre a sua perspetiva do ecossistema existente na Estónia, Mari Vavulski respondeu que as empresas em fase de arranque estão a ter dificuldade em desenvolver-se devido à necessidade de continuar a expandir o ecossistema. A expansão foi iniciada graças ao Skype, que empregou cerca de 400 pessoas e está na origem de muitas histórias de sucesso na Estónia. Sobre a questão da expansão a nível europeu, respondeu que é necessário estar próximo dos clientes e, por isso, as empresas mudam-se para outros mercados maiores. É difícil expandirem-se, mas algumas vão para os EUA, para acelerarem o seu desenvolvimento, e depois regressam à Estónia.

A SE solicitou ao governo que introduza um sistema acelerado de concessão de vistos para atrair talentos do estrangeiro. O visto estónio para empresas em fase de arranque destina-se a cidadãos empreendedores de países terceiros que queiram vir para o país e fazer parte, como fundadores, de uma das comunidades de empresas em fase de arranque mais pequenas mas mais dinâmicas da Europa, bem como a empresas estónias em fase de arranque que queiram recrutar trabalhadores no estrangeiro. O enriquecimento e o crescimento dessas empresas através da contratação de talentos estrangeiros estão cada vez mais facilitados. A «Lei dos Estrangeiros» foi alterada na sequência das recomendações da associação para que fosse reduzido o custo dos pedidos de vistos para as verdadeiras empresas em fase de arranque e pessoas com talento. Regressando à questão do ecossistema estónio para as empresas em fase de arranque, Mari Vavulski explicou que este tem uma taxa de crescimento de 5,6 % e que permitirá criar entre 300 e 900 novas empresas; as equipas conseguem angariar financiamento estrangeiro e o sistema de vistos para empresas em fase de arranque já está em funcionamento. Quanto ao seu contributo para a economia, acrescentou que as 400 empresas em fase de arranque empregam 3 500 pessoas e que 5 % dessas empresas são responsáveis por 50 % dos postos de trabalho.

Por último, em resposta às perguntas de alguns deputados sobre a existência de legislação específica para as empresas em fase de arranque na Estónia, a capacidade de tais empresas atraírem pessoal das universidades estónias e o modo como o governo apoia o ecossistema de empresas em fase de arranque, Mari Vavulski esclareceu que não existe legislação específica para estas empresas (o programa de vistos está enquadrado pela Lei dos Estrangeiros). Quando as empresas crescem, recrutam pessoal não só nas universidades estónias, mas também no estrangeiro; o objetivo do Ministério dos Assuntos Económicos e das Comunicações é empregar mais pessoal especializado em TIC no setor. Mari Vavulski defendeu ainda que o governo não deve intervir no mercado, que está a funcionar, e afirmou que existe uma relação aberta entre o governo e o ecossistema das empresas em fase de arranque.

### Quinta-feira, 20 de abril de 2017

(4) As reuniões da delegação programadas para quinta-feira tiveram início no **e-Estonia Showroom**, onde foi realizada uma reunião conjunta com a **Enterprise Estonia**. O e-Estonia Showroom é um centro de informação empresarial e um polo de inovação, que visa apresentar aos decisores políticos, jornalistas e empresários a história de sucesso do e-Estonia. Criado como um projeto de cooperação entre organizações não governamentais e a indústria, o e-Estonia Showroom faz parte, desde junho de 2014, da Enterprise Estonia e funciona numa instalação com 360 metros quadrados. O centro já recebeu centenas de delegações de alto nível oriundas de mais de 120 países.

Foi referido que a Estónia é um país pequeno mas tem uma ambição muito superior ao seu tamanho e que a digitalização começou devido à falta de recursos humanos e financeiros. Atualmente, a Estónia tem 1,3 milhões de habitantes, mas uma densidade populacional muito baixa, a sua moeda é o euro e é membro da União Europeia, da OTAN, da OMC, da OCDE e da DIGITAL 5. O setor das TIC é responsável por 7 % do PIB. Entre as classificações mais elevadas obtidas pela Estónia figuram o primeiro lugar em competitividade fiscal da OCDE, o primeiro lugar em empreendedorismo do Fórum Económico Mundial e o primeiro lugar no Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade da UE, da Comissão Europeia. Foi assinalado que a governação eletrónica permite poupar muito dinheiro em comparação com a interação presencial e que 99 % dos serviços públicos estão disponíveis na Internet. A fiscalidade eletrónica foi o primeiro serviço introduzido, em 2000. Em 2017, as pessoas querem ter acesso a tais serviços através de um *tablet*, independentemente do dispositivo utilizado e a partir de qualquer região do mundo. Só o casamento, o divórcio e a venda de imóveis não podem ainda ser realizados digitalmente por razões jurídicas, dado que o notário tem de determinar a intenção. Muitos processos podem ser iniciados através da Internet, mas o ato final exige uma interação com as autoridades públicas (caso dos BI e dos passaportes). Entre as melhores «armas secretas» da Estónia figuram as seguintes: a Internet é considerada um direito social, todos os residentes na Estónia possuem um BI eletrónico e os estónios confiam nas soluções eletrónicas.

Em resposta à pergunta de um deputado sobre a situação da Estónia em matéria de contratação pública eletrónica, foi confirmado que todos os procedimentos neste âmbito são efetuados digitalmente. Este facto também contribui para incentivar a participação de mais PME, mas as empresas internacionais também podem candidatar-se sem estarem presentes na Estónia; o processo de digitalização também ajudou muito nesse domínio.

A Estónia segue princípios claros e fidedignos: (1) declaração única para qualquer informação que seja pedida pelo governo, (2) inexistência de legado e (3) digital por definição. Só a pessoa em causa tem o direito de conceder acesso aos seus dados a outras pessoas, mas a lei define as autoridades públicas que têm acesso automático aos dados. O direito a ser esquecido tem limites, segundo foi dito, como por exemplo no caso dos dados de residência ou de nascimento. Os cidadãos podem ver que instituições governamentais acederam aos seus dados e controlar constantemente a utilização dos mesmos. O código penal determina que qualquer funcionário público que trate os dados de forma inadequada pode ser condenado a uma pena de prisão. Os dados são armazenados num registo, por isso é fácil controlar a sua utilização e manter a sua exatidão. A digitalização também contribui para a

eficiência e aumenta a poupança. A assinatura digital permite economizar 2 % do PIB por ano na Estónia: a interligação das forças policiais torna-as 50 vezes mais eficientes; houve uma redução de um terço das filas de espera nos hospitais; a Estónia é o melhor cobrador de impostos do mundo; a votação pela Internet é 2,5 vezes mais barata; e o papel economizado mensalmente corresponde a uma resma com 300 metros de altura.

Em resposta à observação de um deputado de que a votação através da Internet exige literacia digital e confiança por parte da população mais idosa, foi dito que essa modalidade de votação é opcional na Estónia e complementa a possibilidade de votar numa assembleia de voto pública. São as pessoas idosas que mais utilizam a votação através da Internet e não as pessoas jovens, que tendem a abster-se (as estatísticas mostram que 30 % das pessoas que votam o fazem através da Internet e que apenas 7 % dessas pessoas se situam na faixa etária dos 18 aos 24 anos; diversos projetos e programas dirigidos aos idosos foram iniciados desde 1996). Os votantes necessitam de um cartão de identificação eletrónico, certificados das autoridades públicas e números de identificação pessoal. Em caso de extravio, podem telefonar para uma linha de atendimento e cancelar os certificados para que não possam ser usados. A ligação ponto a ponto é direta e só está ativa enquanto a transmissão ocorre, sendo seguidamente encerrada. A segurança é permanente, a cada segundo os dados são encriptados e ligados aos dados anteriormente encriptados, o que permite fazer comparações instantaneamente.

A digitalização também facilita os negócios ao proporcionar o ambiente empresarial mais simples e rápido possível. O tempo mais curto de criação de uma empresa foi de 18 minutos (a Estónia é o país com mais empresas em fase de arranque *per capita*), mas é necessário ter um endereço legal na Estónia (o cartão de residência eletrónico permite que qualquer cidadão do mundo tenha acesso aos serviços eletrónicos estónios). Além disso, é possível criar uma empresa sem qualquer capital inicial e a tributação é de 20 %. Se não for retirado dinheiro da empresa, esta não paga imposto sobre os rendimentos. Segundo foi afirmado, o BI eletrónico estónio é a forma de identificação mais forte para todos os aspetos da vida. É utilizado para efeitos de identificação e de viagem, para assinatura digital e votação através da Internet, para fins empresariais e bancários, estatais e de saúde, para o transporte público e como cartão de fidelidade. A plataforma X-Road é a autoestrada mais movimentada da Estónia. Graças à X-Road, 99 % dos serviços públicos são prestados em linha, o que significa mais de 2 000 serviços, mais de 900 organizações e bases de dados ligadas e mais de 500 milhões de transações por ano.

A concluir, foi dito que ninguém consegue fazer nada sozinho, que é necessária colaboração e que ninguém sabe o que o futuro reserva, pelo que se pode tentar moldá-lo em colaboração com os pioneiros.

(5) A reunião seguinte foi realizada na **Direção Fiscal e Aduaneira da Estónia** e consagrada ao e-Estonia, à digitalização e a uma panorâmica sucinta das soluções eletrónicas desenvolvidas por essa direção e do seu impacto no ambiente económico. Foi referido que o ambiente eletrónico foi lançado pela primeira vez em 2000. O facto de ser dividido por temas permite a apresentação de diferentes declarações. Atualmente, existe um número de referência e os impostos das pessoas singulares são pagos em primeiro lugar. Desde 2012 que todos os documentos fiscais são enviados por via eletrónica e a programação dos pagamentos

é automática. As empresas podem registar os seus empregados e todo o histórico das mensagens trocadas está acessível. Mais de 95 % das declarações das pessoas singulares e mais de 99 % das declarações das empresas são eletrónicas. As informações sobre despesas com a educação, a saúde, o pagamento de hipotecas e outras são automaticamente recolhidas para serem tratadas e enviadas ao contribuinte, que pode corrigi-las antes de as apresentar. Na sequência da pergunta de um deputado sobre a existência de informações sobre fraudes e a forma como estas são tratadas, foi explicado que a autorização final de reembolso ou pagamento é emitida após uma análise de risco. Se forem detetados riscos, a declaração é verificada antes de se decidir proceder ou não a um reembolso fiscal.

O imposto sobre os rendimentos e a contribuição para a segurança social também são processados no caso das plataformas de economia colaborativa onde estão registadas pessoas singulares (Uber, Airbnb). A necessidade de contactos presenciais nas repartições diminuiu de 382 mil contactos em 2009 para 142 mil em 2015. Deste modo, é possível economizar na mão de obra e em espaços de escritórios, bem como reduzir os custos para os cidadãos e as empresas. Todas as transações são controladas e têm uma taxa de aprovação muito elevada, que é de 95 % no caso das pessoas singulares.

A administração fiscal é muito inovadora; por exemplo, a Uber ainda não tinha sido reconhecida mas já declarava tudo com um único «clique». A fraude ao IVA é facilitada devido à grande rapidez com que uma empresa pode ser criada, mas também encerrada para não pagar o imposto. Ocorreram algumas fraudes de tipo carrossel, que a administração fiscal começou a fiscalizar à medida que o sistema as ia expondo. Tratava-se de uma plataforma segura autenticada, onde as faturas das empresas eram autenticadas e encriptadas de modo que a administração fiscal só pudesse consultar o principal assunto em causa. As autoridades fiscais só foram alertadas para procederem a controlos adicionais relativamente às faturas selecionadas pelos programas de análise de risco. O cruzamento de informações constitui a base destes controlos. O sistema inclui medidas de proteção da privacidade pessoal.

A plataforma X-Road é um registo onde a entidade patronal pode registar informações relativas aos seus empregados e que estes podem verificar em qualquer momento. Criada em julho de 2014 com base na Lei Fiscal, é um registo nacional que reúne as informações sobre os trabalhadores num sistema central. A aplicação está disponível em estónio, russo e inglês. A entidade patronal pode registar um trabalhador por SMS ou na plataforma, mas tem de confirmar o registo através da plataforma no prazo de 7 dias. Por último, foi mencionado o sistema IRIS de transmissão eletrónica de atos administrativos. Este sistema implica uma colaboração com os bancos, que é importante para as PME pois facilita as declarações fiscais, visto que as PME apenas pagam os salários e o sistema bancário envia as informações para as repartições fiscais, que calculam o imposto.

(6) Na reunião seguinte, com a **Inspecção Estónia para a Proteção de Dados**, o Diretor-Geral Viljar Peep explicou que se trata de um organismo tutelado pelo Ministério da Justiça, tal como os tribunais ou a autoridade da concorrência, mas que tem um comissário independente. O alto comissário não pode ser membro de um partido, é nomeado por um comité independente e não pode ser demitido pelo governo. Responde perante uma comissão parlamentar e um provedor de justiça parlamentar. A Lei da Proteção de Dados estónia tem apenas 11 páginas e este organismo conta apenas com 18 funcionários, mas a cooperação

com outros serviços é forte. O organismo tem quatro competências: a proteção dos dados e da privacidade, tanto no setor público como no setor privado; o *marketing* direto eletrónico – requisitos de autoexclusão; as questões de liberdade de informação e ação (incluindo a divulgação proativa na Web); o acesso mediante pedido a informações públicas e a supervisão dos registos e bases de dados do setor público. O organismo também faz respeitar o princípio de declaração única. Os organismos públicos têm de obter diversas autorizações antes da aprovação do estabelecimento ou da utilização de uma base de dados.

Alguns deputados levantaram questões a respeito do intercâmbio de dados. Foi referido que a criação de um clima de confiança é extremamente importante e constitui um dos alicerces da economia e da sociedade digitais. Os responsáveis acrescentaram que no mês de maio seguinte entraria em vigor um novo quadro em matéria de privacidade e que se estava a ponderar a adoção de um novo regulamento relativo à privacidade no setor das comunicações eletrónicas. Foi respondido que o nível de confiança é relativamente elevado na Estónia, embora não tenha sido dito porquê. Quando o país começou a construir um novo Estado e uma nova economia, a digitalização foi iniciada por opção própria. Para lançar um tal sistema, é necessário um número de identificação pessoal público. Não se pode utilizar o número pessoal para outros fins que não o tratamento de dados. Todas as filiações em partidos políticos podem ser consultadas pelo público, uma vez que o objetivo de um partido é chegar ao poder para governar. Existem limites para os dados relativos à vida privada, à religião ou à saúde, mas os dados financeiros, sobre as condenações judiciais ou sobre as filiações políticas estão publicamente disponíveis para consulta individual.

Segundo foi declarado, os princípios que regem a proteção de dados são muito simples e foram estabelecidos pela legislação da UE e as convenções do Conselho da Europa. O objetivo do tratamento de dados é disponibilizar um instrumento, por exemplo para levantar dinheiro ou obter documentos administrativos. As leis anti-*trust*, de defesa do consumidor e de proteção de dados estão interligadas. Foi ainda dito que é necessário encontrar um equilíbrio entre o interesse legítimo e os interesses económicos.

(7) No **Ministério dos Assuntos Económicos e das Comunicações**, a delegação reuniu-se com a ministra dos Assuntos Económicos e das Infraestruturas, Kadri Simson, e a sua equipa. A Presidência chegou meio ano mais cedo, mas a Estónia sente-se motivada e muito empenhada no seu exercício, afirmou a ministra. É esperado que o bloqueio geográfico e outros processos fiquem concluídos sob a Presidência maltesa, pelo que o principal tema da Presidência estónia será o Mercado Único Digital (MUD), em especial a livre circulação de dados como quinta liberdade intrinsecamente ligada ao MUD. Seguem-se três questões a que os estónios gostariam de dar prioridade: a localização dos dados (gostariam que fosse eliminado o maior número possível de obstáculos), o governo digital (está a ser elaborada uma declaração sobre a governação eletrónica) e a propriedade dos dados (gostariam de iniciar o debate sobre a forma que assumiria a propriedade efetiva dos mesmos). O mundo digital tornou-se um tema horizontal, segundo foi afirmado, o comércio eletrónico está a crescer rapidamente e daí a importância da livre circulação de dados, designadamente porque a agenda digital tem sido importante para a indústria. Em resposta à observação de um deputado de que o sucesso da Estónia se deve em parte à sua dimensão relativamente pequena, a ministra referiu que a dimensão é importante, porque proporciona flexibilidade, mas que na Estónia tudo é externalizado para o setor privado, que necessita de encontrar

soluções. O que está em causa não é tanto uma questão tecnológica e, além disso, o facto de a governação estónia ser simples contribui para a mudança.

Em resposta à pergunta de um deputado, foi dito que, embora as principais prioridades da Presidência estónia no Conselho (Competitividade) incluam o MUD, o mercado interno e a União da Energia, outros processos importantes têm a ver com a homologação e a fiscalização do mercado de veículos a motor; a Estónia já está a estudar datas possíveis para a realização de reuniões tripartidas, mas ainda aguarda os resultados da Presidência maltesa. Além disso, a Estónia também acredita no cartão de serviços, que não está a evoluir muito rapidamente no Conselho.

À pergunta sobre se a Estónia promoveria uma redução dos impostos para as empresas e um aumento dos impostos para os cidadãos, foi respondido que a Estónia é o único país da UE que não cobra impostos sobre os rendimentos às empresas que investem; em relação aos cidadãos, atualmente os primeiros 180 EUR são isentos de impostos e a partir de agora esse montante aumentará para 500 EUR. Os deputados também levantaram a questão dos procedimentos eletrónicos na contratação pública, tendo-lhes sido respondido que estes estão em vigor na Estónia e que foi lançada uma contratação pública inovadora, que já tem algumas histórias de sucesso. Por último, foi salientado que será dada grande importância à livre circulação de dados; as pessoas, o dinheiro e os dados estão interligados, segundo foi dito. A livre circulação de pessoas deve ser tão simples e flexível quanto possível, à medida que a tecnologia transforma o modo como o governo e as empresas funcionam.

(8) Na **Universidade de Tecnologia de Taline (UTT)**, onde a delegação foi recebida pelo reitor, Jaak Aaviksoo, e a sua equipa, os principais temas de debate foram o programa e-Estonia, a digitalização, a inovação através de soluções eletrónicas e o papel da UTT na inovação com vista à melhoria do ambiente económico. Foi afirmado que a Estónia teve, desde muito cedo, uma forte orientação para a inovação e as novas tecnologias. Em 2000, todas as escolas estónias tinham uma ligação à Internet. A pequena dimensão do país permitiu uma tomada de decisões célere, que abrandou após a adesão em relação às matérias abrangidas pelo direito da UE. A UTT congrega as pessoas, estudantes, académicos e empresas, permitindo-lhes realizar experiências. Foi referido que a Tallinn Tech (TT) estava envolvida no desenvolvimento da sociedade da Estónia e gere o projeto de governo eletrónico. Como é que a Estónia se tornou líder nos sistemas de governo eletrónico? A essência desse sucesso foi o facto de as pessoas confiarem nos políticos, os políticos confiarem nos investigadores e estes últimos não terem um legado a seguir e disporem de poucos recursos, o que os obrigou a serem criativos. Sobre o papel da TT, foi afirmado que todos os sistemas de TI estão armazenados na nuvem, de modo a poderem ser mudados instantaneamente. A TT gere, por exemplo, um sistema de monitorização dos fluxos de dados no âmbito das atividades policiais, para que seja possível detetar eventuais estrangulamentos. Este sistema pode ser expandido ao conjunto da sociedade e controlar, por exemplo, a forma como o dinheiro circula na economia. Além disso, a UTT gere um programa de mestrado sobre governo eletrónico, que conjuga a administração pública com o direito e as TIC, o qual é frequentado por estudantes de 23 países. A respeito do atual estado da técnica, foi afirmado que há uma forte transição para as tecnologias da informação. A legislação dispõe que o estónio é a língua utilizada, exceto nos casos em que o senado académico tenha motivos para tomar uma decisão diferente.

Os deputados perguntaram se os investigadores estão a sair da Estónia, tendo os homólogos da UTT confirmado que essa saída constitui um desafio, mas que, de um modo geral, a Estónia tem tido bastante êxito na gestão da fuga de cérebros e que há investigadores estónios a regressar ao país. A uma pergunta sobre a forma como a Estónia consegue que os jovens se interessem pelos estudos técnicos, foi respondido que o país também enfrenta desafios nesse domínio, apesar de ter um património histórico no domínio da tecnologia e das ciências naturais, e que as tendências estão a mudar, com 23 % dos estudantes a frequentarem atualmente as áreas da ciência, da tecnologia, da engenharia e da matemática. Por último, em resposta a uma pergunta sobre o financiamento da investigação e desenvolvimento (I&D), foi indicado que os fundos estruturais correspondem a cerca de metade da despesa estónia em I&D. O financiamento da investigação e desenvolvimento evoluiu, tornando-se competitivo e capaz de atrair pessoas competentes. Contudo, a Comissão deveria reconsiderar os seus princípios em matéria de financiamento. A utilização dos fundos estruturais foi preferencialmente direcionada para a educação e a I&D. O programa-quadro Horizonte 2020 e o 9.º Programa-Quadro deviam estar mais centrados na questão da I&D e da cooperação transfronteiras.

(9) No caminho entre a UTT e a reunião seguinte, a delegação recebeu presentes entregues por um robô **Starship** para a entrega de encomendas construído pela Starship Technologies, que tem a sede em Londres e as instalações de engenharia na Estónia.

(10) Em seguida, a delegação visitou a **Tehnopol** e reuniu-se com Toomas Türk, gestor de TIC no polo «Cidades Inteligentes» (*Smart City Cluster*). Foi referido que o Parque Científico de Taline, Tehnopol, é o maior polo tecnológico do Báltico. Foi fundado em 2003 pela República da Estónia, o município de Taline e a Universidade de Tecnologia de Taline para apoiar o desenvolvimento das empresas em fase de arranque e em fase de crescimento. O parque acolhe mais de 200 empresas e emprega 4 000 pessoas, contando ainda 14 000 estudantes e 1 300 investigadores. Entre os seus domínios de especialização figuram os seguintes: TIC, tecnologias da saúde e tecnologias verdes. Trata-se de um fundo *prototron* – o primeiro fundo financeiro do mundo destinado a apoiar o desenvolvimento de protótipos, criado em conjunto com a Universidade de Tecnologia de Taline e o Swedbank em 2012. Funciona também como incubadora de empresas em fase de arranque, tendo criado mais de 30 com uma taxa de sucesso de 70 % (programa «cresce depressa ou fracassa depressa»). Por último, presta serviços de desenvolvimento de empresas a 120 clientes especializados no desenvolvimento de empresas que têm 500 contactos úteis.

Cerca de 600 empresas estão sediadas na Estónia e 200 são lançadas todos os anos. Contudo, há falta de investimento e de pessoas/talentos e, por isso, muitas empresas mudam-se para outros países. São investidos milhões de euros nas empresas em fase de arranque: entre 30 milhões de euros em 2013 e 110 milhões de euros em 2016. Das 200 empresas criadas anualmente, 80 candidatam-se ao programa de incubação de empresas em fase de arranque e 40 são selecionadas. Deste número, 65 % têm êxito e 7 % tornam-se «superestrelas». Atualmente, há 34 empresas em carteira e 180 empresas concluíram o programa de incubação. A inovação das empresas poderá ser o próximo grande projeto, segundo foi afirmado.

(11) A concluir o dia, a delegação visitou a **Cybernetica** para falar com Dan Bogdanof, chefe do departamento de privacidade. A Cybernetica é uma empresa de TIC com grande intensidade de I&D, que investiga, desenvolve e fabrica soluções de *software*, sistemas de vigilância marítima e de radiocomunicações, investigando e aplicando soluções de segurança teóricas e práticas. A Cybernetica foi criada em 1997 como uma sociedade privada de responsabilidade limitada, que sucedeu à unidade de investigação aplicada do Instituto de Cibernética da Academia das Ciências da Estónia, fundado em 1960. O laboratório de I&D aplicada do instituto teve um importante papel na execução de projetos de automatização de fábricas em larga escala, bem como na criação dos paradigmas científicos de segurança e criptografia da informação na Estónia. Atualmente, a Cybernetica é conhecida como um interveniente fundamental em vários projetos de governo eletrónico de renome mundial, tais como o desenvolvimento da plataforma estónia X-Road ou o *software* de votação através da Internet, bem como em soluções de radiocomunicações para as autoridades marítimas. Como parte do seu património, a Cybernetica continua a trabalhar na I&D no domínio da segurança da informação – o seu instituto de segurança da informação colabora não só com eminentes universidades europeias, mas também com instituições dos EUA e do Japão. A empresa conta com 10-15 pessoas a trabalhar a tempo inteiro e a participar em programas de I&D internacionais e no programa-quadro Horizonte 2020. O departamento de informação e segurança desenvolve a criptografia e assegura a auditoria dos sistemas/projetos.

Em resposta a uma pergunta sobre a votação através da Internet, com base no cartão de identidade, foi dito que esta gerou polémica, mas foi aceite na Estónia. Um voto nas urnas anula o voto eletrónico. Os eleitores podem votar por via eletrónica durante todo o período de votação. No novo sistema, é possível verificar se o voto ficou registado. O principal risco não reside no sistema, mas sim na confiança (risco de reputação), bastando, para a pôr em causa, alegar que a segurança do sistema foi violada. Os eleitores podem verificar, após a votação, se o voto registado está correto.

**Sexta-feira, 21 de abril de 2017**

(12) As reuniões de sexta-feira tiveram início na **Autoridade Estónia para os Sistemas de Informação (RIA)**, onde a delegação reuniu com o Diretor-Geral Taimar Peterkop. Foi explicado que a RIA coordena o desenvolvimento e a administração do sistema de informação do Estado, organiza atividades relacionadas com a segurança da informação e gere os incidentes de segurança que ocorram nas redes informáticas estónias. A RIA aconselha os prestadores de serviços públicos sobre o modo como devem gerir os seus sistemas de informação em conformidade com os requisitos aplicáveis e fiscaliza a sua atividade. É também a entidade de execução das ajudas estruturais da União Europeia. A RIA é uma organização governamental criada em 2011, que funciona sob a tutela administrativa do Ministério dos Assuntos Económicos e das Comunicações. É responsável pela identidade eletrónica e fornece serviços Internet ao governo, além de ser um agente fundamental da segurança dos sistemas.

Sobre o trabalho da RIA foi afirmado que a confiança entre o governo, os cidadãos e as empresas é crucial. O país tem um governo mais eficaz graças às soluções de TIC, que também compensam a falta de recursos. A autoridade apoia e gere o sistema de voto eletrónico. Foi explicado que a X-Road é a espinha dorsal do sistema e que a tecnologia foi importada da Finlândia. A X-Road é a tecnologia que permite distribuir os dados em vários módulos, o que proporciona uma segurança adicional. Os diversos departamentos gerem os conteúdos e a autoridade gere os aspetos técnicos e de segurança do sistema.

Sobre os ciberataques, foi dito que, na sua maioria, são provenientes da Rússia, que a criminalidade organizada pode visar pessoas singulares e que os ativistas não constituem uma grande ameaça, sendo apenas incómodos por vandalizarem alguns sítios Web. Em caso de ameaça nacional, o primeiro objetivo é a obtenção de informações e, por conseguinte, é importante prestar atenção à utilização de diferentes palavras-passe e proteger as infraestruturas críticas, que são essenciais para o funcionamento de uma sociedade. Na Rússia, os serviços militares e de segurança têm, todos eles, capacidade para realizar ciberataques. Historicamente, as forças de segurança e a criminalidade organizada estão estreitamente interligadas. A Estónia sofreu, em 26 de abril de 2007, um ciberataque que demonstrou a importância de possuir boas defesas e manter a confiança das pessoas. A segurança desde a fase de projeto é a sua defesa.

A Internet das coisas foi desenvolvida sem qualquer segurança e isso exige uma reação a nível global. A Diretiva Segurança das Redes e da Informação já está em vigor na Estónia desde 2009. Foi salientado que a sua eficácia depende de uma forte rede de pessoas colocadas em posições críticas para agirem de forma coordenada contra as ameaças e os ataques. Para fomentar a confiança, a Estónia inverteu a «síndrome do grande irmão», permitindo que o cidadão veja os organismos que têm utilizado os seus dados. A autoridade também efetua ensaios de segurança para empresas privadas e aconselha-as sobre a forma de melhorarem as suas defesas.

(13) Na reunião seguinte, com o **Conselho de Proteção dos Consumidores da Estónia (CPC)** e o **Centro Europeu de Consumidores**, a delegação foi informada de que o CPC é

um organismo governamental que funciona sob a tutela do Ministério dos Assuntos Económicos e das Comunicações. Com um orçamento de 1,8 milhões de euros e 48 funcionários, as suas missões principais são a fiscalização do mercado e a resolução das queixas dos consumidores, além de oferecer a resolução alternativa de litígios (RAL). A respeito do trabalho que desenvolve, foi mencionada a questão dos desafios em matéria de aplicação da lei em geral. Foi dito que a evolução dos modelos de negócios e do papel dos consumidores leva a que as decisões sejam tomadas e as informações obtidas de forma diferente, e que a diversidade dos canais e a rapidez com que a informação circula eram igualmente importantes. Para uma autoridade ser eficiente no ambiente digital tem de dispor dos dispositivos eletrónicos e bases de dados necessários, bem como da possibilidade de aceder aos produtos e serviços. Foi referido que, por vezes, as informações pré-contratuais são difíceis de aplicar devido às práticas seguidas pelos vendedores. Alguns problemas têm a ver com compras realizadas noutros países e, por exemplo, na Alemanha o Centro Europeu de Consumidores não tem quaisquer poderes executivos. Esta questão foi levantada, no âmbito do grupo de peritos sobre cooperação no domínio da proteção do consumidor, junto da Comissão Europeia. A resolução de litígios em linha (RLL) já está a funcionar na Estónia, mas ainda não foi transferido nenhum caso da RLL para a RAL.

(14) Por último, a delegação visitou o **Parlamento Nacional da Estónia**, onde foi recebida por Aivar Kokk, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos, tendo depois reunido com Erik Savisaar, antigo profissional de TI e membro dessa comissão, onde dedica o seu trabalho a questões relacionadas com o parlamento eletrónico, o governo eletrónico e os consumidores.

O primeiro tema em debate foram os serviços eletrónicos na Estónia. Foi afirmado que estes têm uma longa história e que o parlamento trabalha nesse domínio há 20 anos. A introdução do cartão de identidade eletrónico deu um grande impulso aos serviços eletrónicos e o grande avanço seguinte foi a plataforma X-Road, ou seja, o acordo entre instituições sobre as modalidades de intercâmbio de informações. Atualmente, estão disponíveis milhares de serviços eletrónicos, sendo os mais comuns nos domínios da fiscalidade e da saúde. A este propósito, foram mencionados alguns dossiês, como os relativos ao cartão eletrónico e às qualificações profissionais.

No final da década de 1990, teve início o processo de digitalização, que começou pelo setor bancário e depois evoluiu para a criação do BI eletrónico, que permitiu a autenticação eletrónica das assinaturas. Agora a ligação da X-Road a outros países está a ser ponderada. Também se pretende sincronizar os sistemas para que não seja necessário inserir os dados principais. Todas as empresas privadas podem aderir à plataforma X-Road.

Quando inquirido sobre o que pensava da votação através da Internet, Erik Savisaar respondeu que não era um grande adepto desse sistema. Nas últimas eleições, um terço (30,5 %) dos votos foram eletrónicos. A preocupação principal não é tecnológica, mas sim sociológica, dado que algumas pessoas mais idosas podem anotar os seus números de identificação no verso do cartão, permitindo um uso abusivo do mesmo. De um modo geral, porém, a população confia no governo e, além disso, os cidadãos podem controlar quem utiliza os seus dados pessoais.

Finalmente, à pergunta sobre o nível da dívida, que é muito baixo, e sobre se este permite que a Estónia invista em setores-chave, foi respondido que a residência eletrónica é oferecida a cidadãos de outros países para colmatar o défice de competências e otimizar os serviços de modo a libertar algumas pessoas que podem ser redirecionadas para o setor das TI.

(15) O programa da missão foi concluído na **Casa da UE** em Taline, onde Marc Tarabella (S&D, BE), como único deputado do PE participante, realizou uma sessão de informação com jornalistas locais, na qual destacou as principais conclusões da missão de dois dias da Comissão IMCO na Estónia.

Anexo – Fotografias

